

# Axel Honneth leitor de Lukács: reificação e reconhecimento

Sílvio Camargo<sup>1</sup>  
Luiz Gustavo da Cunha de Souza<sup>2</sup>

## Resumo

Neste artigo buscamos debater aspectos centrais do conceito de reificação de Georg Lukács em sua obra "História e Consciência de Classe". Nosso objetivo, no entanto, é mostrar a interpretação proposta por Axel Honneth como uma atualização do conceito de reificação, através de uma tentativa de superar a tradição epistemológica de sujeito-objeto em prol de uma teoria da intersubjetividade. Honneth parte de sua teoria do reconhecimento para propor uma formulação contemporânea do conceito de reificação. Postulando problemas teórico-sociais e ontológicos, esse entendimento sobre a reificação traz implicações para sua própria trajetória intelectual, bem como para pensarmos a teoria crítica no contexto da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Reificação; Reconhecimento; Teoria Crítica; Ontologia; Teoria Social

## Abstract

In this article we intend to discuss central aspects of the concept reification conceived by Georg Lukács in his book "History and Class Consciousness". Our aim, however, is to show the interpretation that Axel Honneth proposes as an actualization of that concept through an attempt to overcome the subject-object epistemological tradition in favor of an intersubjectivity theory. We intent to show how Honneth's reading of reification tries to give it a contemporary formulation taking his own theory of recognition as basis. Postulating social theory and ontological problems, this understanding about the reification has implications to his own intellectual trajectory, as well as to the thinking of critical theory in the context of contemporary society.

**Keywords:** Reification; Recognition; Critical Theory; Ontology; Social Theory

---

<sup>1</sup> Professor no Departamento de Sociologia – IFCH/Unicamp.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia – IFCH/Unicamp.

## I

Após quase noventa anos desde sua publicação, *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács ([1923] 1986), já foi aclamado como um dos marcos inaugurais do marxismo ocidental, influente sobre inúmeras gerações de intelectuais, criticado posteriormente pelo próprio autor, e hoje novamente lembrado por expoentes da teoria social contemporânea. Embora o livro em seu conjunto seja um marco do pensamento contemporâneo, merece nossa atenção em especial o conceito de reificação, cuja formulação original em *História e Consciência de Classe* foi decisiva para as primeiras elaborações da Teoria Crítica da sociedade, vindo a ocupar um lugar central na obra de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985). O conceito de reificação recentemente voltou ao centro de importantes reflexões, como em Jameson (2009) ou através da tentativa de Axel Honneth ([2005] 2008) de reatualizar este conceito. É sobre esta postulação de Honneth que versa nosso ensaio.

Para a primeira geração da Escola de Frankfurt as ideias de Lukács foram determinantes em sua crítica da sociedade burguesa moderna entre as décadas de 1930 e 1940, que correspondiam a uma etapa do capitalismo que estes autores designaram como capitalismo tardio (CAMARGO, 2006a). A chamada crítica da razão instrumental, a noção de indústria cultural e a própria compreensão adorniana da obra de arte, referendavam os conceitos lukácsianos de totalidade e reificação como centrais para a compreensão da sociedade contemporânea. A *linguistic turn* habermasiana também possibilitou que aquilo que antes se chamava reificação fosse agora compreendida como colonização do mundo da vida ou como patologias da modernidade (HABERMAS, 1987a, 1987b).

Na versão original de Lukács, o conceito de reificação era dependente tanto de uma apreensão da racionalidade de Weber, como do fetichismo da mercadoria de Marx. Sendo o fetichismo uma decorrência do trabalho abstrato como núcleo compreensivo da estrutura social, o esgotamento do paradigma da produção de um lado, e o advento de epistemologias ancoradas na linguagem, por outro, parece ter tornado sem eficácia uma crítica que, em última instância, possuía seu foco na subjetividade humana. Esta subjetividade era entendida nos termos de uma herança do idealismo alemão, e, portanto, igualmente limitada em seu escopo compreensivo, conforme a visão habermasiana, ao não conceber a concomitância de diferentes formas de racionalidade, ou a primazia da intersubjetividade como o lastro originário da sociabilidade humana. A questão fundamental e bastante conhecida se

sintetiza na contraposição de dois modelos: a tradição de uma filosofia da consciência e os modelos da intersubjetividade.

No pequeno livro *Reification - a new look at an old Idea* (2008), Honneth nos desafia a pensar justamente, e mais uma vez, nesta contraposição de modelos. Sua proposta é a de uma recuperação da importância do conceito de reificação, mas agora, de modo absolutamente original, a partir do seu modelo epistêmico, reconceituando reificação em moldes totalmente novos, não necessariamente em decorrência de eventos históricos, embora não os desconsiderando (HONNETH, 2008, p.19 ss.), mas quanto ao que seria seu próprio sentido ontológico original. Daí decorrem basicamente duas indagações: primeiro, em que medida ele consegue justificar e fundamentar sua tese, e, segundo, em que medida ela é capaz de contribuir para a compreensão da sociedade contemporânea.

Não havendo aqui espaço para uma análise mais ampla sobre o percurso do conceito de reificação na teoria social contemporânea, inclusive nas versões frankfurtianas de Adorno e de Habermas, o desenvolvimento deste artigo constará de duas partes: num primeiro momento tentamos reconstruir os traços gerais da ideia de reificação para Lukács e a leitura que dele faz Honneth. Em seguida, analisamos a articulação entre reificação e reconhecimento como uma nova formulação teórica. Com isso pretendemos fornecer elementos para pensar-se a noção de reificação dentro do contexto contemporâneo, e por outro lado, o que também nos parece instigante, de que modo o ensaio *Reification* representa um marco importante na trajetória recente da teoria crítica de Axel Honneth.

## II

Em *História e Consciência de Classe*, o conceito lukácsiano de *práxis* expressou um novo modo de compreensão do marxismo no início de século XX. Assim como Karl Korsch e Ernst Bloch no mesmo período, Lukács tentou repensar a postulação do sujeito histórico efetivo, capaz de realizar a crítica e a transformação do capitalismo. Nesta obra inovadora e de grande envergadura filosófica mostraram-se centrais os conceitos de totalidade e de reificação. Em sua visão, estes conceitos referendam a visão de que o método é a questão central da obra de Marx. O método dialético marxiano passa a ser interpretado não como algo cuja estrutura lógica se concentre em uma crítica exclusivamente econômica do capitalismo, mas, mediante o recurso à categoria da totalidade, sendo ela a categoria dialética

fundamental que define o próprio método. É deste modo que, ao fazer uma crítica do positivismo e da ciência tradicional burguesa, ele afirma: "não é a predominância dos motivos econômicos na explicação histórica que distingue o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade" (LUKÁCS, 1986, p.41).

Ao elaborar a categoria de totalidade como aquela fundamental, do ponto de vista do método, para a compreensão da sociedade capitalista, passa a ocorrer, por outro lado, uma interpretação do conceito de reificação [*Verdinglichung*] como algo que se refere não apenas ao âmbito da crítica da economia política, mas também à sociedade burguesa como um todo, sendo por isso um motivo para a crítica cultural. Aqui a teoria social é também filosofia da história, tal como em Hegel e Marx. Interessa-nos, contudo, em especial os argumentos desenvolvidos no capítulo "A reificação e a consciência do proletariado", onde Lukács explicita o que entende por reificação. Na primeira seção do capítulo, "O fenômeno da reificação", o autor já começa esboçando o seu entendimento:

Já muitas vezes se realçou a essência da estrutura mercantil, que assenta no facto de uma ligação, uma relação entre pessoas, tomar o carácter de uma coisa, e ser, por isso, de uma 'objectividade ilusória' que, pelo seu sistema de leis próprio, aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre homens. Não vamos analisar nesse estudo o quanto se tornou central para a própria teoria econômica nem as consequências que teve para concepções econômicas do marxismo vulgar o abandono desse ponto de partida metodológico. Limitar-nos-emos a chamar a atenção - pressupondo as análises econômicas de Marx - para as questões fundamentais que decorrem, por um outro, do comportamento do sujeito que lhe está coordenado, questões cuja compreensão basta para permitir uma visão clara dos problemas ideológicos do capitalismo e seu declínio (LUKÁCS, 1986, p.98).

O fenômeno da reificação passará a significar, deste modo, o processo através do qual os produtos da atividade e do trabalho humanos se expressam como um modelo estrutural que é coisificado, independente e estranho aos homens, passando a dominá-los por leis que adquirem uma existência externa ao sujeito. O mundo toma a aparência de um mundo de coisas, e os homens também se coisificam. Neste caso, a dominação capitalista é vista sempre tendo como um suposto a categoria da totalidade, não apenas enquanto objetividade do

processo histórico, mas igualmente como algo que aponta para uma subjetividade que também compõe tal processo. Deste modo, a dominação capitalista que se expressa objetivamente na esfera material da necessidade, na forma da exploração, se manifesta igualmente em uma perda de liberdade, autonomia e autodeterminação dos indivíduos no capitalismo<sup>3</sup>. Este fenômeno da reificação se apresenta como algo generalizado e estrutural de toda a sociedade burguesa, cuja base material é a forma mercadoria.

Tendo tomado por base a crítica da coisificação recorrente na análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, o conceito de reificação é ampliado com a incorporação, em sua definição, da noção weberiana de racionalidade. É nesse sentido que a crítica do capitalismo de Lukács se torna também crítica da cultura (ARATO, 1986). Esta crítica surge como crítica da racionalidade capitalista, que passa a ser entendida como um sistema de pensamento e de organização da sociedade moderna que é imprescindível e fundamental para o processo de dominação burguesa e de acumulação do capital. A crítica de Lukács, no entanto, não tem por alvo destacar o conceito de racionalidade como epicentro da dominação capitalista, algo que será nítido tanto para Theodor Adorno como para Jürgen Habermas, mas apontar o conceito de reificação como processo social inseparável da racionalidade moderna.

A concepção marxiana sobre o fetichismo da mercadoria é transmutada em reificação, e passa a se referir não apenas ao domínio econômico, mas ao conjunto das relações sociais no capitalismo. O modelo de racionalidade assentado no cálculo, probabilidade e controlabilidade, tal como o havia apontado Weber em sua análise da sociedade moderna, se apresenta para Lukács como um conceito sociológico em que as interpretações de Marx e de Weber sobre o capitalismo não se configuram como totalmente excludentes, embora metodologicamente sejam radicalmente contrapostas: "[...] Quer isto dizer, contudo, que o princípio da mecanização e da possibilidade racional de tudo calcular deve abarcar o conjunto das formas de manifestação da vida" (LUKÁCS, 1986, p.106).

Para a dominação ideológica burguesa, assim como para a acumulação do capital, tornou-se imprescindível o desenvolvimento e a

---

<sup>3</sup> Nesse caso, pareceria estarmos falando da autonomia no sentido do Iluminismo kantiano, entretanto, a consciência humana tal como aborda Lukács não é algo separado da objetividade histórica que a conforma. A reificação não é um processo de origem subjetiva, idealista e transcendental: sua origem é a estrutura mercantil, a totalidade, que atinge uma subjetividade que se torna distorcida.

hegemonia de tal racionalidade formal, que enquanto racionalização se aplica tanto ao processo de produção das mercadorias, quanto a outros aspectos da sociabilidade humana. A metamorfose do valor de uso em valor de troca acaba por erigir e configurar no capitalismo avançado o que Lukács denomina uma “segunda natureza”. Por um lado, a racionalização se expressa na forma de estruturação dos processos de trabalho em que a compartimentalização das atividades culmina na organização taylorista:

Para nós, o mais importante é o princípio que assim se impõe: o princípio da racionalização baseada no cálculo, nas possibilidades do cálculo. As modificações decisivas que assim se operam sobre o sujeito e o objeto do processo econômico são as seguintes: primeiramente, para poder calcular o processo de trabalho, é necessário romper com a unidade orgânica irracional, sempre qualitativamente condicionada, do próprio produto. Só é possível chegar à racionalização, no sentido de uma previsão de um cálculo progressivamente mais exacto de todos os resultados a atingir, através da decomposição extremamente precisa de cada conjunto complexo nos seus elementos, através do estudo das leis parciais específicas da sua produção (LUKÁCS, 1986, p.103).

Por outro lado, o direito e o Estado moderno são desdobramentos visíveis de uma racionalidade formal, assim como esta racionalização atinge a subjetividade dos indivíduos, dos trabalhadores, mas também dos burgueses, que acaba por se tornar um sujeito também fragmentado:

Em consequência da racionalização do processo de trabalho, as propriedades e particularidades humanas do trabalhador aparecem cada vez mais como simples fontes de erro, racionalmente calculado de antemão, destas leis parciais abstratas (LUKÁCS, 1986, p.103).

Além desta interconexão entre o fetichismo da mercadoria de Marx e o de racionalização de Weber, podemos acrescentar a importância formadora também do conceito hegeliano de aparência, na medida em que, mediante pressupostos metodológicos claramente dialéticos, seria possível compreender a realidade histórica de um modo distinto daquele das pretensões da ciência burguesa. Esta, por sua vez, está assentada justamente naquele modelo de racionalidade formal, que do ponto de vista filosófico Lukács irá identificar principalmente

em Kant como o expoente por excelência dentro do horizonte da filosofia moderna cujo pensamento reflete, de modo exemplar, as “antinomias do pensamento burguês” (LUKÁCS, 1986, p.126 ss).

Uma das diferenças entre a racionalidade dialética hegeliana e o idealismo transcendental de Kant já se encontrava na possibilidade desta ideia de uma categoria de *aparência*. Lukács radicaliza marxianamente este conceito, já que do ponto de vista de *História e Consciência de Classe*, a essência contraposta e oculta à aparência, se mostra em sua verdade através da mediação da categoria de totalidade como recurso metodológico fundamental. Ao contrário de Engels e de muitos marxistas do início do século XX, que procuravam atribuir sem mais a ideia de dialética ao âmbito da própria natureza, Lukács (assim como, por caminhos distintos, Korsch e Bloch) tenta restituir ao marxismo um visão dialética que enfatiza o sujeito-objeto idênticos, compreensível mediante os desdobramentos da análise da mercadoria e sua universalização ao conjunto dos processos sociais. Esta identidade apontará para uma síntese que é a revolução proletária, cujo advento estaria garantido pela capacidade do proletariado constituir-se como sujeito da História.

Para a formulação do conceito de reificação, o fetichismo da mercadoria se manifesta não apenas como evidência da objetividade do mundo, mas a abstração de sua estrutura nos permite também efetivá-la para o conjunto das relações sociais no capitalismo, ou seja, enquanto formada e formadora da própria subjetividade: "a universalidade da forma mercantil condiciona, pois, tanto no plano subjectivo como no plano objectivo, uma abstração do trabalho humano que se objectiva nas mercadorias" (LUKÁCS, 1986, p.101).

Ao conceber a reificação enquanto tal objetivação<sup>4</sup> surge a questão crucial: de que modo poderá o sujeito, não apenas o do conhecimento, mas o sujeito histórico, se furta ao processo de uma tal reificação abarcadora da vida humana? É a partir deste ponto que surge em *História e Consciência de Classe*, conforme a visão de Adorno, por exemplo, determinados traços idealistas na construção

---

<sup>4</sup> Acerca da crítica, que, aliás, parte do próprio Lukács, de que em *História e Consciência de Classe* não há uma efetiva distinção entre alienação e objetivação, nos reportamos ao comentário de Löwy (2008, p.82): “além disso, não é exato que o conceito de reificação em *História e Consciência de Classe* confunde ou identifica a alienação e a objetivação. Desde o início do capítulo sobre a reificação, Lukács indica claramente que sua análise trata das formas de objetividade na *sociedade burguesa*. Não se trata de qualquer *Gegenstandlichkeit*, mas de ‘a objetividade, estranha aos homens, das leis sociais naturais’. Na realidade, Lukács distingue explicitamente, em 1923, entre a objetivação reificada e a que não o é [...]”.

lukácsiana. A partir da reflexão sobre o momento originário da relação entre homem e natureza, o conceito de reificação surge como um momento dentro do processo histórico total, o momento do capitalismo moderno. Mas tal momento se direcionaria para uma reconciliação de antagonismos, onde a crítica do presente, da sociedade burguesa, surge como uma forma de crença inabalável quanto ao futuro.

Tais delineamentos sobre o significado da reificação para Lukács serão passíveis, no entanto, de uma nova interpretação por parte de Axel Honneth. Em *Reification*, um texto breve, mas significativo na trajetória do autor, ele propõe recuperarmos este conceito de reificação de origem lukácsiana, revendo o seu significado não exatamente a partir de um novo contexto histórico, mas a partir das bases conceituais que ele próprio já havia formulado sua teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003). Vimos acima, em traços gerais, que para Lukács reificação designava o processo através do qual os produtos da atividade e do trabalho humanos se tornam algo coisificado, independente e estranho aos homens, e que passa a dominá-los por suas próprias leis. Não obstante a racionalização da sociedade moderna ser um componente lógico-conceitual presente no conceito de reificação, é o modo de produção capitalista, portanto a mercadoria e sua crítica, o que delinea uma reificação situada dentro do paradigma produtivista e da tradição da filosofia da consciência.

O eixo em torno do qual se articula não apenas o conceito de reificação, mas o conjunto dos inúmeros conceitos mobilizados por Lukács em *História e Consciência de Classe* é a tentativa enfática de reafirmar o conceito de *práxis* como sendo aquele que demarca a originalidade do materialismo marxiano dentro da história da filosofia moderna. A *práxis* é o que distingue, para Lukács, o marxismo tanto do idealismo hegeliano como o afasta dos determinismos então vigentes no marxismo de passagem do século. Até aqui, estas características da reificação que apontamos são as mesmas, de modo geral, inicialmente apreendidas por Axel Honneth, apesar da pouca atenção deste para os aspectos weberianos da tese lukácsiana. Contudo, Honneth apreende com clareza o propósito de Lukács quando diz que:

Na esfera sempre em expansão da troca de mercadorias, os sujeitos são levados a se comportar como observadores afastados mais do que como participantes ativos na vida social, pois seus cálculos recíprocos dos benefícios que os outros podem render para seu próprio lucro demanda uma instância puramente racional e despida de emoção. Ao

mesmo tempo, esta mudança de perspectiva é acompanhada por uma percepção reificante de *todos* os elementos situacionais relevantes, pois os objetos a ser trocados, os parceiros de troca e os próprios talentos pessoais de cada um somente podem ser avaliados de acordo com o quanto suas características podem fazê-los úteis para a busca do lucro (2008, p.25).

Honneth irá argumentar que para Lukács a reificação é algo que se refere à relação dos indivíduos consigo próprios, com os outros e com a natureza, onde tais relações são tomadas por relações com coisas, tendo assim se tornado em decorrência da universalização da forma mercadoria. Deste modo, poderíamos considerar que a reificação é algum tipo de erro moral ou mesmo que ela é um erro cognitivo, pois ao tornar-se objetificação redundante em alguma forma de erro ou ilusão. Entretanto, conforme Honneth (2008, p.26), não é exatamente este o caso, pois a reificação na visão de Lukács seria uma *práxis* estruturalmente distorcida que possibilita o surgimento daquilo que Lukács chamou de uma segunda natureza. Em outras palavras, se a *práxis* é a instância da verdade, a reificação impede que ela se efetive, a partir do momento em que as relações humanas em geral se tornam subsumidas à lógica da mercadoria e seu fetichismo.

Identificando nesta conceituação de Lukács traços idealistas da obra do filósofo húngaro, na medida em que subjaz a ela o pressuposto de uma agência humana verdadeira, que significa a identificação entre sujeito e objeto (como em Fichte e Hegel), Honneth propõe que esta é uma versão *oficial* do pensamento daquele, mas que é possível lermos em Lukács uma visão *não oficial*, consubstanciada na possibilidade de apreender em seus argumentos a ideia de uma *práxis* engajada (*engaged praxis*), ou de engajamento existencial, que tornará possível problematizarmos o equacionamento clássico de Lukács entre sujeito e objeto de uma forma original. Haveria na própria teorização lukácsiana, paralelamente àquela definição de reificação que Honneth expôs como oficial, e que tentamos delinear anteriormente, a compreensão de que uma *práxis* verdadeira seria aquela que mantém as mesmas características de um engajamento, ou envolvimento, empático e preocupado, que enfrenta obstáculos frente aos processos de mercantilização. A questão estaria colocada, para Honneth, não mais como um contraste entre *práxis* reificada e um mundo objetivamente distorcido pelo próprio modo de produção, mas como a relação de um sujeito com outro sujeito, e, portanto, como algo intersubjetivamente situado.

Haveria deste modo, um viés não produtivista no próprio pensamento de Lukács, quando este associa a reificação igualmente a esta-

dos psíquicos de contemplação e indiferença. Isto é, o sujeito portador da ação, não apenas toma o outro sujeito como parte do mundo das coisas em sua interação, mas se torna passivo e desinteressado diante do mundo, dos outros, e de si mesmo. Ao invés de uma postura ativa e engajada esta práxis distorcida seria assim aquilo que conceitua a reificação. Porém, na interpretação de Honneth, ficaria não só implícito, mas evidente em algumas passagens do texto de Lukács, o entendimento de que o limite da reificação, e a sua superação, reside em última instância em uma práxis que é intersubjetiva, tratando-se, assim, de uma tese inovadora não apenas quanto ao conceito de reificação, mas também quanto aos desdobramentos de uma normatividade que irá escapar ao paradigma produtivista.

Este engajamento existencial, enquanto uma práxis verdadeira, distorcida pela reificação, torna possível, na visão de Honneth, aproximar Lukács de Heidegger – e na esteira de um conjunto de autores que incluirá Dewey e Cavell – substituindo a versão oficial da reificação por uma outra que toma como ponto de partida o reconhecimento como uma relação que tem um privilégio sobre o ato cognitivo. A práxis é deslocada do paradigma clássico da filosofia da consciência para as premissas da intersubjetividade, sendo este o ponto de partida através do qual se compreende a relação do sujeito com o mundo.

Conforme Honneth, o conceito de “cuidado” (*Sorge*) em Heidegger se refere ao fato de que, para este último, o sujeito não se depara com a realidade a partir da ideia de um sujeito cognitivo, mas sim a partir de algo anterior que é o enfrentamento prático do homem com o mundo, onde se abre um determinado campo de significação. Há no “cuidado” uma relação nitidamente intersubjetiva, estranha ao modelo da filosofia do sujeito, que traz o reconhecimento como sua implicação principal. Por outro lado, Honneth entende que paralelamente àquela versão oficial e produtivista apresentada por Lukács acerca da reificação surge esta versão não oficial, na qual o ato reificante se refere a hábitos de pensamento caracterizados pelas atitudes de contemplação ou indiferença – por isso contrárias à práxis engajada – em que predominam formas de reificação dos homens com relação ao seu outro, a si mesmos e ao mundo:

Tanto as alusões de Lukács a uma práxis engajada quanto a noção de cuidado de Heidegger designam aquela forma de orientação prática que é especialmente característica da estrutura do modo *humano* de existência. Pois em oposição à concepção prevalecente que se transformou em uma segunda natureza, e de acordo com a qual os humanos

primeiro e constantemente se esforçam para entender e apreender de modo neutro a realidade, humanos de fato existem em um modo de engajamento existencial, de “cuidado”, através do qual eles abrem um mundo de significados (HONNETH, 2008, p.32).

Honneth Identifica ainda o conceito de “envolvimento” de Dewey como a outra contribuição para se pensar a reificação em relação ao conceito de reconhecimento:

Como Lukács e Heidegger, Dewey é cético quanto à visão tradicional de acordo com a qual nossa relação primária com o mundo é constituída pela confrontação neutra com um objeto a ser entendido. Apesar de ele nunca usar o conceito de reificação para caracterizar esta doutrina e nem compartilhar o *pathos* da visão de mundo de Heidegger, enquanto o fenômeno que ele descreve está em questão, Dewey concorda com estes dois pensadores que a predominância do modelo de sujeito e objeto não pode permanecer sem consequências para a própria sociedade (HONNETH, 2008, p.36).

A partir desta reatualização de Lukács, comparando-o a Heidegger e Dewey, Honneth irá propor, utilizando-se da influência de outros autores, uma noção de reificação que consiste naquilo que ele chama de um esquecimento do reconhecimento. Isto é, mais uma vez com base em suas premissas acerca de uma primazia da intersubjetividade, ele se refere à reificação como aquelas situações em que o homem torna-se incapaz de reconhecer humanamente o seu outro ao haver uma espécie de amnésia quanto a uma situação originária de reconhecimento que serviu como base para o próprio processo de sociabilidade.

### III

Ao apresentar uma leitura não oficial do conceito de reificação, Honneth busca relacioná-lo à sua própria teoria do reconhecimento, através do entendimento de que ele pode referir-se ao abandono daquela forma de práxis engajada, ou de engajamento empático, que Lukács descreve em algumas passagens de seu ensaio como constituinte da *práxis* genuína (HONNETH, 2008, p.27). Com esta aproximação entre a ideia lukácsiana de uma práxis genuína baseada no engajamento empático e o substrato intersubjetivo da teoria do reconhecimento, Honneth se esforça em “justificar a hipótese de que a posição de reconhecimento possui uma prioridade genética e categorial sobre todas as

outras atitudes direcionadas ao *self* e ao mundo” (HONNETH, 2008, p.36). Esta é a tese que ele desenvolve ao longo de seu ensaio: a retomada do conceito de reificação torna-se possível apenas se for abandonada a noção de uma totalização da reificação em favor da ideia de que este conceito refere-se a uma espécie de esquecimento das relações primordiais entre os indivíduos, que seriam relações de reconhecimento. Assim, ao contrário da intenção oficial de Lukács, que é a de justificar através da referência a uma práxis genuína a originalidade do método marxista, Honneth pretende valer-se do conceito de reificação para fundamentar sua própria teoria do reconhecimento. No lugar do pressuposto de que o princípio da calculabilidade passa a dominar as várias esferas da vida social, que Lukács apresenta sob a forma de um diagnóstico sobre a instrumentalização e frieza que passam a imperar nas relações sociais, Honneth pretende demonstrar que estas relações de contemplação e afastamento são, antes, situações nas quais o engajamento empático foi abandonado em favor de posturas instrumentais. Com isso, também já é possível notar que o conceito de reificação, que fora formulado por Lukács como parte de um diagnóstico de seu tempo, adquire a forma de uma condição estrutural da vida social.

Ainda que na introdução de seu ensaio Honneth note que a retomada do interesse pelo conceito de reificação pode ser apreendido atualmente em diferentes esferas da sociedade, da literatura à pesquisa neurobiológica, passando pela sociologia cultural e pela psicologia social, bem como pela filosofia política, ao contrastar a reificação com relações de reconhecimento que possuem prioridade sobre as demais relações sociais ele atribui a ambos os conceitos, reconhecimento e reificação, posições naquela estrutura ontológica na qual Lukács pretendeu ver a *práxis* potencialmente manifesta pela ação histórica do proletariado. Desta maneira, ao mesmo tempo em que Lukács afirma que a reificação passa a constituir a segunda natureza dos sujeitos sob o modo de produção capitalista, isso não significa que, em outros modos de produção, o abandono da *práxis* engajada tomaria a forma de reificação. Pelo contrário, esta última é resultado de um conjunto específico de situações da sociedade capitalista. Torna-se visível, por outro lado, que a versão não oficial da reificação, como apresentada por Honneth, busca encontrar uma fundamentação na ontologia social para a própria teoria do reconhecimento.

Na teoria de Honneth, conforme exposta em *Luta por reconhecimento*, este último termo não se refere à obtenção de legitimação institucional para a identidade de diferentes grupos, mas sim a um processo bem sucedido de formação da personalidade individual, algo que ocorre através do reconhecimento de suas expectativas ou a destru-

ição desta integridade através de práticas sociais de desrespeito. Estas expectativas são formadas através da participação do indivíduo em diferentes esferas de sociabilidade: as relações primárias, cujo grande exemplo é a relação amorosa do bebê com a mãe; a esfera jurídica, na qual os indivíduos são reconhecidos como parceiros igualitários de uma comunidade; e a esfera da solidariedade ou da estima social, na qual as especificidades de cada um são reconhecidas.

Nestas esferas desenvolvem-se auto-relações de confiança, respeito e estima, que são dependentes da presença e da aprovação de um outro externo, isto é, o pleno desenvolvimento da personalidade individual através do reconhecimento é um processo intersubjetivo e não uma escolha política: o modelo moral do reconhecimento, desenvolvido por Honneth, diz respeito a dimensões da personalidade que o sujeito espera ver valorizadas porque imagina que elas façam parte da integridade de seu ser (HONNETH, 2003, p.211), enquanto os modelos políticos remetem a demandas pela valorização de uma narrativa sobre si, algo que é externalizado sob a forma de uma demanda política. Isso significa que a teoria do reconhecimento de Honneth baseia-se antes em experiências de sociabilidade do que em demandas identitárias ou em diferenças culturais. E esta constatação é fundamental para que se entendam suas intenções ao buscar uma fundamentação para a teoria do reconhecimento na ontologia social. Na medida em que a releitura do conceito de reificação toma como pontos de partida as indicações de Lukács quanto a uma *práxis* genuína baseada no engajamento empático, parece ser natural que Honneth busque conceber esta práxis sob a forma de relações de reconhecimento, uma vez que assim ele poderia relacionar as experiências de reconhecimento e desrespeito com os preceitos normativos que Lukács atribuiu a este conceito, baseados na ontologia social e, em alguma medida, em uma antropologia filosófica (HONNETH, 2008, p.26).

Em termos gerais, o movimento de Honneth é o de retomar as ambições normativas da teoria de Lukács, mas também, buscando-os em uma versão não oficial, destacá-la de seus limites contextuais, de modo que a noção de reconhecimento preencha o espaço destinado à ideia de engajamento empático do indivíduo com o mundo ao seu redor e, assim, buscar na teoria de Lukács o meio para a fundamentação de uma ontologia do reconhecimento.

Para Honneth, esta teoria do reconhecimento como uma ontologia social demanda dois tipos de prova: por um lado, é preciso esclarecer como se dá a prioridade ontogenética do reconhecimento sobre a cognição; por outro lado, é preciso demonstrar sua prioridade catego-

rial. Quanto ao primeiro dos pontos, ele considera que há uma longa história teórica em disciplinas como a psicologia do desenvolvimento e nas teorias da socialização quanto à necessidade da presença de uma segunda pessoa para a formação e desenvolvimento das habilidades cognitivas entre crianças. Nos últimos anos, contudo, pesquisas nestas áreas apontam para o fato de que este processo de descentralização da personalidade egocêntrica através da tomada da perspectiva de um outro externo é precedida por uma identificação emocional.

Citando pesquisas nesta área, Honneth sustenta que a identificação entre a criança e o adulto no qual ela encontraria seu parceiro inicial deve ser emocional porque, caso contrário, não haveria uma relação interessada da criança para com o adulto – e, conseqüentemente, com o meio no qual esta criança se insere. Da mesma maneira, colocar-se no lugar de outra pessoa exigiria do indivíduo envolvido uma forma de reconhecimento que não pode ser entendida em termos puramente cognitivos, “pois sempre e necessariamente contém um elemento de abertura, devoção e amor involuntários” (HONNETH, 2008, p.45). Esta identificação emocional, ainda que seja distinta do engajamento empático do indivíduo, parece indicar a Honneth que é possível sustentar a tese da prioridade ontogenética do reconhecimento. Isto porque os trabalhos de Lukács, Heidegger e Dewey compartilham, em sua visão, a ideia de que no engajamento empático com o mundo ao redor, abre-se ao indivíduo um mundo de significados, que pode ser primeiro notado pela criança em fase de socialização justamente em sua relação com o “outro concreto”. Por isso, ao falar sobre a prioridade ontogenética do reconhecimento, Honneth sugere que a identificação emocional com outrem é a origem do engajamento empático com o mundo.

O problema para Honneth passa a ser justificar a segunda parte de sua tese, que diz que o reconhecimento também é uma categoria que possui prioridade sobre outras categorias compreensivas. Sua preocupação é dirigida à tentativa de demonstrar como as relações de reconhecimento antecedem a própria cognição, ou, para sermos mais claros, como a instância cognitiva com relação ao mundo já é ela mesma uma instância de reconhecimento. Para isso, Honneth recorre à obra de Stanley Cavell, autor que sustenta que é impossível, nos termos das teorias cognitivas tradicionais, obter acesso aos estados mentais de outros sujeitos, na medida em que tais estados não são objetos de conhecimento. O que Cavell aponta é que, ao invés de objetos passíveis de descrição, sujeitos que se encontram e se comunicam uns com os outros são, antes, seres engajados em um processo de descrição de seus estados mentais em busca de atenção de seus parceiros, ao mesmo

tempo em que são afetados por eles. Neste sentido, tanto o expositor quanto o ouvinte prescindem de recursos a categorias compreensivas teóricas, pois interagem linguisticamente e empaticamente, de modo que ambos se envolvem empaticamente antes de poderem tomar conhecimento dos estados mentais de seus parceiros, estabelecendo uma instância de reconhecimento prévia a outras relações cognitivas (HONNETH, 2008, p. 49).

Para Honneth, na teoria de Cavell esta interação linguística, assim como nas teorias de Lukács, Heidegger e Dewey, aponta não apenas para um tipo de entendimento não conceitual, mas também para um tipo de engajamento empático entre os envolvidos. Esta comunicação entre eles implica em um ato anterior de identificação que está ausente nas teorias que supõem que entender o outro requer somente o entendimento de suas razões para agir.

Honneth trabalhou, até este ponto de sua argumentação, dois conjuntos distintos de problemas: primeiro procurou explorar as possíveis leituras do ensaio de Lukács e decidiu-se pelo desdobramento daquela que aproxima a teoria da reificação de outras teorias do engajamento empático, como as de Heidegger e Dewey; depois procurou demonstrar como é possível pensar no conceito de reconhecimento como uma instância primária da relação dos indivíduos com o mundo. Seu passo seguinte será associar aquelas teorias do engajamento empático com as teorias que apontam para a prioridade do reconhecimento. E isto pode ocorrer somente porque em suas explorações sobre o conceito lukácsiano de reificação ele afastou as possibilidades de que este termo pudesse significar um erro categorial ou uma transgressão moral, já que a reificação não diz respeito nem a uma forma de compreensão das relações sociais, e nem a regras de conduta. A reificação para Honneth se refere a uma forma de comportamento, um hábito mental, que faz com que os sujeitos humanos percam a capacidade de engajar-se de modo afetivo com seus companheiros de interação (HONNETH, 2008, p.53).

Ao contrário de Lukács, Honneth não busca contrastar instâncias de *práxis* genuína com instâncias nas quais estas práticas são perdidas devido a um processo de racionalização que acaba por objetificar o ato original de engajamento, pois isto implicaria em afirmar que toda a sociabilidade humana foi banida pelo processo de racionalização moderno. Honneth tampouco pretende seguir os passos de Habermas na *Teoria da ação comunicativa* (HABERMAS, 1987a, 1987b) onde é apresentada uma concepção bidimensional de sociedade, a partir da qual haveria uma colonização da lógica empática pela lógica

da reificação. Seu entendimento do conceito de reificação sugere que não se tome toda situação em que o engajamento empático é abandonado como uma situação reificante, mas que se busque a relação entre estes dois tipos de atitude (HONNETH, 2008, p.56). Deste modo, deve-se distinguir entre formas de conhecimento sensíveis à instância primária de reconhecimento e outras nas quais esta instância foi completamente apagada.

Conforme a interpretação de Honneth, para Lukács, reificação indica tanto um processo, a formação de uma segunda natureza a partir da expansão da lógica da calculabilidade, quanto um resultado, a substituição da *práxis* genuína por uma segunda natureza derivada daquele processo. O problema, segundo ele, é que parece haver um exagero na visão de Lukács, na medida em que o filósofo húngaro busca em certas circunstâncias sociais, presentes no modo de produção capitalista, o motivo da perda da *práxis* genuína que está presente em todas as formas de sociabilidade:

Lukács é levado a explicar esta perda por meio de circunstâncias sociais - em outras palavras, por meio de uma rede de práticas sociais e instituições nas quais, como eu mostrei, estas instâncias de reconhecimento deveriam ter efeito. Como, então, o processo de reificação pode ser explicado como uma ocorrência social se aquilo que é supostamente perdido é de tão grande significado para a sociabilidade humana que deve ser expresso de algum modo em todas as ocorrências sociais? (HONNETH, 2008, p.53)

Honneth abandona alguns dos elementos específicos, embora centrais, presentes na argumentação lukácsiana, como a generalização da troca mercantil e da racionalização e a recorrência ao proletariado como sujeito histórico, atribuindo deste modo um outro sentido à ideia de totalidade. Enquanto alguns destes elementos foram objetos de crítica quanto à sua perda de importância desde a publicação de *História e consciência de classe*, ao mesmo tempo a opção de Honneth por aceitar a ideia de uma *práxis genuína* indica um momento peculiar de sua trajetória intelectual (OWEN, 2008). Sua intenção ao reatualizar o conceito de reificação dirige-se de modo privilegiado para a ontologia social e para a antropologia filosófica, e não mais para a teoria social, como era o caso quando formulou pela primeira vez a teoria do reconhecimento. Neste sentido, não é desnecessário lembrar que sua intenção naquele momento era apresentar uma “gramática moral dos conflitos sociais” (HONNETH, 2003). Este movimento indica uma mudança no modelo crítico de Honneth, pois parece deixar de lado a

intenção de buscar o momento normativo de sua teoria nos conflitos pela realização das expectativas normativas, criadas durante o processo de socialização. Em sua leitura sobre a reificação, o horizonte de realização humano aparentemente está situado na interação empática e não no desenvolvimento de uma personalidade bem-sucedida.

Aqui, diferentemente do que foi exposto em *Luta por reconhecimento*, Honneth não considera que a situação de não obtenção do reconhecimento é uma forma de desrespeito, mas um tipo de patologia (HONNETH, 2008, p.57)<sup>5</sup>. Isto se deve à sua proposição de que o esquecimento da instância anterior de reconhecimento seja chamado de reificação. Na medida, porém, em que este ato primário de reconhecimento é a expressão de um engajamento empático que faz com que os indivíduos reconheçam em seus parceiros de interação sujeitos que lhes demandam algo, Honneth atribui significado preciso a este ato de reconhecimento e ao seu esquecimento como reificação:

Na medida em que em nossos atos cognitivos nós perdemos de vista o fato de que estes atos devem sua existência à nossa tomada anterior de uma instância de reconhecimento, desenvolvemos uma tendência a perceber outras pessoas como meros objetos insensíveis. Ao falar aqui de meros objetos ou “coisas”, eu digo que neste tipo de amnésia nós perdemos a habilidade para entender imediatamente as expressões comportamentais de outras pessoas como demandas que nos são feitas. (HONNETH, 2008, p.57-58).

Esta opção de Honneth pela atualização do conceito de reificação através de um deslocamento à posição prioritária do reconhecimento em todas as formas de socialização faz com que, ao contrário de Lukács, ele não possa recorrer a uma explicação direta ou imediatamente sociológica, mas sim à tentativa de explicar como se dá o esquecimento de uma instância tão primordial. Por isso, Honneth esclarece que não toma o termo esquecimento como um processo por meio do qual os indivíduos desaprendem algo que faz parte de sua formação, ou como o desaparecimento da instância de reconhecimento das relações humanas, e sim como uma perda de consciência de que a própria

---

<sup>5</sup> Apenas em uma passagem Honneth parece lembrar-se de que o reconhecimento, além de esquecido, pode também ser denegado. Trata-se de um exemplo sobre como este esquecimento do reconhecimento poderia tomar forma, onde ele aponta que esquemas de pensamento, preconceitos e interpretações seletivas dos fatos podem levar os indivíduos a adotarem posições irreconciliáveis com o ato original do reconhecimento (HONNETH, 2008, p.59).

cognição deve sua existência ao “fato do reconhecimento” (HONNETH, 2008, p.59).

Esta perda de consciência se expressa por meio de dois tipos de comportamento social: tanto nas situações em que os objetivos cognitivos dos envolvidos estão completamente separados da instância do reconhecimento quanto nas situações em que o reconhecimento é negado em favor de entendimentos estereotipados. Este diagnóstico parece suficiente a Honneth para que ele possa se colocar a tarefa de investigar a realidade social com a intenção de entender como estes processos de reificação tomam forma, retornando, assim, ao nível sociológico de seu ensaio. Este retorno é feito como busca por identificar quais seriam estas práticas e mecanismos que permitem aos humanos esquecer o ato de reconhecimento (HONNETH, 2008, p.79). Neste ponto, novamente Honneth propõe desenvolvimentos bastante distintos daqueles apontados por Lukács (1986), uma vez que em seu modelo a reificação ocorre em diferentes níveis, e por diferentes causas em cada um deles, enquanto para Lukács tratava-se de um processo unitário e generalizado, ao qual todos os membros da sociedade estavam submetidos. Para Honneth existem relações reificadas na interação dos humanos com outros humanos, com a natureza e consigo mesmos. No caso das relações reificadas entre as pessoas, a despeito da importância das outras duas formas de reificação, são as que mais tomam destaque.

Honneth nota que estas práticas podem revelar que o contexto social do qual participam os indivíduos é tomado pela instrumentalização dos parceiros de interação, ou ainda, que estes indivíduos podem pautar suas ações por um imaginário ideológico no qual o afastamento do reconhecimento é negado. No entanto, Honneth não vai além da afirmação de que em situações em que grupos ou indivíduos são tratados como coisas por meio da negação de seu reconhecimento “uma correlação mútua de práxis unidimensional e um conjunto de convicções ideológicas deve estar operando” (HONNETH, 2008, p.81).

O motivo para tal concisão ao lidar com a reificação das práticas sociais de interação possivelmente reside no fato de que o objetivo principal do ensaio, conforme exposto por Honneth ao final do texto, é buscar na ontologia social os meios para o entendimento e a crítica dos princípios por meio dos quais se pode analisar uma sociedade. Para ele, se é verdade que sociedades democráticas avaliam seus ordenamentos sociais e políticos a partir de parâmetros de justiça, isso não significa que todas as demonstrações de que estes parâmetros não foram alcançados se expressam por meio da violação de padrões de justiça. Por isso, ele espera que a referência à ontologia social – e sua fun-

damentação em relações de reconhecimento - possam revelar não apenas patologias sociais que escapam à avaliação por meio de parâmetros de justiça, mas também contribuir para o estabelecimento de critérios sobre o que seriam práticas sociais patológicas.

#### IV

Em sua introdução à versão inglesa da publicação do ensaio de Honneth, Martin Jay apresenta de forma bastante direta a pergunta que parece ser cabível a uma teoria da reificação como esquecimento do reconhecimento se esta deve ser tomada como uma contribuição à teoria social e não apenas à epistemologia: “Como este *insight* pode ser traduzido em termos concretos?” (JAY, 2008, p.9). A questão torna-se ainda mais aguda se for notado que o próprio Honneth evita afirmar que a lembrança, a consciência do sofrimento, não é um motivo suficiente para a luta social, de modo que o caminho da reificação para a luta por reconhecimento sequer chega a ser esboçado. Este problema soma-se a alguns outros já identificados: com a ênfase na ontologia social, a teoria do reconhecimento deixa de lado seu fundamento nas experiências de desrespeito às expectativas normativas construídas pelos indivíduos durante seu processo de socialização, de modo que o reconhecimento deixa de ser compreendido como o horizonte normativo no qual se movem as expectativas dos sujeitos e passa a ser o elemento central de uma *práxis* genuína. A principal implicação desta mudança para uma teoria da ação social voltada para a análise dos conflitos sociais é a de que a conexão entre experiência e a formação de demandas políticas perde a posição central que ocupava antes. Com isso, perde-se de vista justamente a dimensão sociológica da teoria do reconhecimento, em favor de uma antropologia do reconhecimento que não se ocupa com a análise dos momentos práticos da interação social.

Isto não significa que a tentativa de Honneth de reatualizar o conceito de reificação deva ser vista como um fracasso. Entre os méritos que se pode destacar, esta mesma tentativa de fundamentar uma ontologia social na ideia de reconhecimento deve ser resguardada, pois ela se identifica com os horizontes normativos que Lukács tinha em vista e que, como Honneth frisa ao fim de sua apresentação, não deveriam ser abandonados. Uma teoria do reconhecimento que prescindia dos fundamentos apresentados por Honneth para justificar a prioridade ontogenética e categorial deste conceito estaria, então, em posição de dedicar-se apenas à dimensão

política do reconhecimento, e não ao campo de experiências normativas que ele atribui ao reconhecimento. Mais frutífera para Honneth talvez seja a opção de procurar integrar as hipóteses apresentadas em seu ensaio à estrutura da teoria do reconhecimento, destacando que o momento normativo representado por esta ontologia do reconhecimento só pode ser alcançado por meio de lutas que *busquem reconstruir* esta imagem. Ou seja, esta fundamentação pode, sim, ser importante para a teoria social desde que não seja dissociada da análise dos conflitos sociais.

É preciso ressaltar que em sua leitura sobre a reificação Honneth escolhe tomar como ponto passível de desenvolvimento o aspecto normativo da teoria de Lukács, baseado nos aspectos ontológicos, e abandonar os elementos contextuais ou as apropriações que foram feitas deste conceito para novos diagnósticos. Mas, como ele mesmo nota na introdução de seu texto, algumas das formas pelas quais a reificação volta à vida revelam a sua presença como um elemento do imaginário contemporâneo.

Se, por um lado, a proposta de Honneth e sua grande originalidade interpretativa parece-nos absolutamente instigante, em que pese, entre vários outros aspectos, a importância de pensarmos, como disse Gabriel Cohn (2003), a articulação entre barbárie e *indiferença* no âmbito das sociabilidades contemporâneas; por outro, uma crítica contemporânea da reificação, mediante a ótica do reconhecimento, terá que responder, para além de sua solidez ontológica, algumas questões prementes do debate sociológico e que em parte ainda são heranças do marxismo clássico: a exploração e suas novas configurações; o papel produtivo da (inter) subjetividade contemporânea; ou mesmo os elementos históricos capazes de sustentar um limite, contemporaneamente contextualizado, da reificação. Elementos, aliás, que constituem a herança incontornável da Teoria Crítica em todas as suas formas.

## Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARATO, Andrew; BREINES, Paul. **El Jovem Lukács y los orígenes del marxismo occidental**. México: FCE, 1986.

CAMARGO, Sílvio. **Modernidade e dominação. Theodor Adorno e a teoria social contemporânea.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006a.

CAMARGO, Sílvio. Axel Honneth e o Legado da Teoria Crítica. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, n.24, 2006b, p.123-138.

CAMARGO, Sílvio. Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25, 2010, p.107-120.

CAMARGO, Sílvio. **Trabalho imaterial e produção cultural. A Dialética do capitalismo tardio.** São Paulo: Annablume, 2011.

COHN, Gabriel. A Sociologia e o novo padrão civilizatório. In: BARREIRA, C. (Org.). **A Sociologia no tempo.** São Paulo: Cortez, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa.** Tomo I - "Racionalidad de la acción y racionalización social". Madrid: Taurus, 1987a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa.** Tomo II - "Crítica de la razón funcionalista". Madrid: Taurus, 1987b.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A Gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: 34, 2003.

HONNETH, Axel. The Social dynamics of disrespect: on the location of critical theory today. **Constellations**, Oxford, v.1, n.2, 1994, p.255-269.

HONNETH, Axel. **Reification. A new look at an old idea.** New York: Oxford University Press, 2008.

JAMESON, Fredric. **Valences of the dialectic.** London: Verso, 2009.

JAY, Martin. Introduction. In: HONNETH, Axel. **Reification. A new look at an old idea.** New York: Oxford University Press, 2008.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Lisboa: Escorpião, 1986.

OWEN, David. Recognition, reification and value. **Constellations**, Oxford, v.14, n.4, 2008, p.576-586.

SOUZA, Luiz Gustavo Cunha de. **Reconhecimento como teoria crítica? A formulação de Axel Honneth.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

SOUZA, Luiz Gustavo Cunha de. O que há de especificamente sociológico na teoria do reconhecimento de Axel Honneth? **Sociologia & Antropologia**, vol. 2, n.4, 2012, p.61-80.

Silvio Camargo  
silviocc@terra.com.br

Luiz Gustavo da Cunha de Souza  
gustavo\_cunhas@yahoo.com.br